

TURISMO, NATUREZA E CULTURA: DISPUTAS POR “PATRIMÔNIOS” NOS DEBATES “PARTICIPATIVOS” NA ILHA GRANDE-RJ

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRAⁱ

Introdução

A partir de 2007, iniciou-se na Ilha Grande um processo de reestruturação dos conselhos consultivos de duas importantes unidades de conservação: o Parque Estadual da Ilha Grande e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios. Ao mesmo tempo, foram criados outros grupos de trabalho, tais como o GT de Sustentabilidade, por iniciativa do governo estadual e o Núcleo Gestor do Plano Diretor, este pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Em seguida, no início de 2008, começou a discussão sobre uma proposta de recategorização de parte da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, onde reside há mais de quatro gerações uma população “caiçara”. Estes fóruns pretendiam constituir “espaços participativos”, em que os diversos atores e agentes sociais envolvidos (representantes do Estado e autoridades locais, populações locais, cientistas, representantes do terceiro setor, agentes envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística, etc.) pudessem debater as inúmeras questões que surgem com relação às unidades de conservação e contribuir com a construção de normas e regulações, bem como propor um ordenamento da atividade turística na Ilha. Nesse sentido, instalou-se um processo de negociação entre estes atores/agentes sobre o futuro patrimonial e turístico da Ilha Grande, em que cada um dos grupos citados empreendia uma luta para legitimar seu sistema de valores, suas visões e suas práticas.

A ideia de proteção à natureza na Ilha Grande tornou-se trivial, e ocupa, embora de maneiras diferentes, o imaginário e o discurso tanto dos órgãos públicos, como também de instituições da sociedade civil organizada, do mercado turístico e, de forma ampla, do senso comum. Articula-se a ele a noção de patrimônio, que, por sua vez, está perpassada pela ideia de herança, da necessidade da salvaguarda e permanência de elementos e recursos pertencentes a um passado, perante processos destrutivos do presente.

A partir da década de 1970, deu-se início, na região, à implantação de diversas unidades de conservação da natureza e ao surgimento de um grande número de decretos e leis visando proteger seu “patrimônio natural e cultural”, representado pelos remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados e, também, por sítios arqueológicos, monumentos e ruínas. Embora os conselhos de unidades de conservação

da natureza tenham passado a ser uma exigência desde a promulgação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, em 2000, apenas em 2007 entram em cena com força política na Ilha Grande, articulando debates sobre a preservação do patrimônio natural e cultural e sobre o desenvolvimento do turismo.

Ao mesmo tempo em que surgiam as unidades de conservação na Ilha, a atividade turística se desenvolvia por quase todas as suas localidades, induzindo uma migração contínua de pessoas em busca de trabalho e investimentos, passando a absorver também a quase totalidade dos recursos humanos lá existentes. Durante todo seu processo de povoamento e ocupação, a Ilha Grande passou por diversos ciclos econômicos como o plantio de cana-de-açúcar e de café (a partir do século XIX), e posteriormente (década de 1920) o beneficiamento de sardinha em diversas fábricas instaladas por japoneses em algumas de suas praias, mas que nos anos 1970 já estavam praticamente extintas. As culturas de cana e café foram abandonadas devido ao esgotamento do solo e também ao alto custo de transporte dos produtos por estar localizada em uma ilha oceânica. Durante a maior parte do século XX, as atividades econômicas na Ilha Grande, além dessas fábricas, concentravam-se basicamente em uma pequena agricultura voltada ao autoconsumo e a pesca. A quantidade de peixes no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, porém, devido aos métodos predatórios de grandes empresas de pesca reduziu-se de maneira decisiva (BASTOS *et al.*, 2009).

A atividade turística tem início na Ilha a partir de seu crescimento na região da Costa Verde, com a construção da rodovia BR-101, trecho Rio-Santos. Na Ilha Grande o processo de instalação do turismo deu-se de forma mais lenta que no continente até o ano de 1994, devido à existência de um presídio de segurança máxima no local, o Instituto Penal Cândido Mendes, extinto neste ano. A partir de então, em quase todas as localidades da Ilha, principalmente em sua face voltada para o continente e de forma mais intensa na Vila do Abraão, começa a crescer continuamente o número de pousadas, restaurantes e lojas empregando a grande maioria dos trabalhadores locais, além de atrair um fluxo de moradores vindo do continente. Hoje, de acordo com o Inventário Turístico de Angra dos Reis (TURISANGRA, 2013), existem na Ilha quatrocentos e sessenta empreendimentos turísticos entre meios de hospedagem e de alimentação, sendo 95 pousadas apenas na Vila do Abraão, disponibilizando oitocentos e noventa quartos ao todo.

O turismo muito tem se utilizado do discurso sobre patrimônio, tanto no que concerne à criação de atrativos, produtos e roteiros, como também nos projetos de planejamento de destinos. No âmbito do debate sobre patrimônio e conservação se insere, ainda, a busca por formas alternativas de turismo, baseadas na noção de sustentabilidade e no paradigma do desenvolvimento com base local ou comunitária e na valorização das culturas locais, tradicionais e rurais. Os processos de patrimonialização, acionados tanto pelo “ambientalismo” quanto pelo turismo, articulam lógicas, visões de mundo e práticas diversas e concorrentes que se expressam nos trabalhos dos “fóruns participativos”.

Este trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as relações entre turismo e proteção ambiental/cultural e a ideia de patrimônio inserida nos debates desses fóruns.

O artigo se baseia em metodologia qualitativa com abordagem etnográfica que resultou em tese de doutorado, a partir de trabalho de campo com duração de três anos e meio, utilizando a participação e observação direta em reuniões dos fóruns citados e entrevistas aprofundadas com diversos atores sociais envolvidos, tais como: membros dos fóruns pesquisados, funcionários dos órgãos ambientais que atuavam/atuam na área, habitantes locais, representantes de associações de moradores, etc.

A natureza como patrimônio

As ideias de proteção à natureza presentes no discurso ambientalista encerram concepções de patrimônio, e, portanto, de propriedade e pertencimento. Embora a noção de patrimônio natural tenha sido difundida pela Unesco na década 1970, sua origem é bem mais antiga e remonta à preocupação com a proteção de monumentos, que a princípio eram os monumentos históricos e artísticos, mas posteriormente englobou a ideia de monumento natural. “Do ponto de vista do patrimônio natural, a monumentalidade reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual” (SCIFONI, 2008, p. 17).

No Brasil, é na Constituição Federal de 1937 que aparece pela primeira vez o termo monumento natural. Em seu artigo 134 está descrito que os atentados contra os monumentos históricos, artísticos e naturais seriam equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. A visão de monumento natural preponderantemente estética parece ter sido a que inspirou hegemonicamente a construção das leis de proteção no Brasil. Essa perspectiva se contrapõe a outra ideia de patrimônio, mais voltada à tradição, aos costumes e às lembranças coletivas. Teria sido, portanto, “sob o enfoque do monumento, a partir de características como o valor estético e o caráter inviolável, que a noção de patrimônio natural foi formulada e consagrada internacionalmente” (SCIFONI, 2008, p. 22). Essa ideia ficou patente na “Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, documento da Unesco que resultou da realização de uma conferência em Paris, em 1972.

A ideia de “patrimônio imaterial”, que toma forma no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, coloca em foco costumes populares, saberes, lendas, rituais, língua, mitos, tecnologias tradicionais, modos de fazer diversos, etc. Dessa forma, o campo da “natureza” entra em forte conexão com o da “cultura”, na medida em que esses costumes, saberes, lendas, rituais e tecnologias são produtos de interseção entre estes campos (ABREU e CHAGAS, 2003).

Foi, entretanto, no contexto da Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92 - que emergiram as noções de patrimônio genético e patrimônio intangível. A Convenção da Diversidade Biológica, assinada pelos países participantes da Conferência, estabelecia normas reguladoras do uso e da proteção da diversidade biológica em cada país. O uso sustentável dos recursos naturais passa, a partir de então, a ser um tema recorrente no debate nacional e internacional.

Nos discursos de proteção da natureza concretizados em leis, decretos e políticas públicas, a referência à categoria patrimônio, de forma direta ou indireta, é bastante explícita através de palavras como: legado, patrimônio natural, recursos naturais, etc.

Uma nova discussão, a dos direitos dos povos indígenas e das populações consideradas tradicionais, vem a ser incluída por sua conexão com o tema da biodiversidade, devido aos conhecimentos dessas populações sobre os sistemas naturais. Nesse sentido, surge uma percepção de que a conservação da natureza, dos recursos de fauna e flora, está profundamente ligada à manutenção da cultura desses povos, que passa a ser também considerada como patrimônio. Essa questão, intensamente discutida nos dias atuais, entretanto, não é consensual. Pesquisadores e autores das “ciências da natureza” negam conhecimentos, visões e direitos dessas populaçõesⁱⁱ.

Entretanto, o “patrimônio natural brasileiro” passa a ser visto, amplamente, como um recurso muito valorizado, fazendo com que o Brasil se destaque como uma potência mundial de bioeconomia. A grande diversidade da fauna e flora dos ecossistemas brasileiros constitui um verdadeiro “tesouro biológico de genes, moléculas e micro-organismos” (ABREU, 2003, p.37). Essa biodiversidade funciona como um patrimônio químico ainda inexplorado, que pode servir para a produção de remédios e outros itens essenciais (idem).

O valor econômico atribuído ao “patrimônio genético”, que está conectado ao conhecimento sobre ciclos e elementos da natureza de populações “tradicionais”, se por um lado implica uma valorização desses saberes, por outro as transforma em meras guardiãs desse saber-recurso. Ou seja, passam a ser percebidas a partir de uma lógica externa, econômica ou ambientalista. Ao mesmo tempo em que são inseridas em políticas de conservação, podem ser também, e frequentemente o são, desterritorializadas. O processo de desterritorialização, neste caso, é o impedimento à utilização de seu território da forma costumeira. Seu sentimento de pertencimento ao território, e a forma própria de se relacionarem com ele, não são compreendidos/aceitos pelos atores/agentes sociais incumbidos de preservar o “patrimônio natural” ou o “patrimônio genético”. Os usos demandados por essas populações são considerados atrasados ou inadequados.

Essa lógica esteve presente na criação das unidades de conservação da Ilha e, sobretudo, quando foi criada a Reserva Biológica da Praia do Sul (tipo mais restritivo) sobre uma área habitada pela população da Vila do Aventureiro. Nesse caso, sob o ponto de vista dos que criaram a unidade, o tipo de agricultura que a população praticava era inadequado e, ao mesmo tempo, o território da floresta usado para extrativismo era visto como “desabitado”. Nesse sentido a preservação do “patrimônio natural” se contrapunha à preservação do “patrimônio cultural” representado pelos costumes e práticas daquela população.

Patrimônio, preservação e turismo

O campo discursivo que se refere às noções de patrimônio, seja ele material ou imaterial, tem sido muito acionado na atualidade. Fenômeno altamente identificado com os tempos globalizantes, em que culturas se “hibridizam” (CANCLINI, 2006) velozmente, a redescoberta do passado, da cultura e da natureza alia-se à valorização da memória e das tradições. Esses temas têm sido recorrentes em diversos campos do conhecimento, e podemos observar nas localidades o surgimento de estudos e projetos destinados à reconstrução de memórias, a elaborações de inventários de elementos naturais e culturais

e ao ordenamento dos dados de forma a que se tornem compreensíveis e atraentes para um público ávido pelo consumo de reminiscências do passado e da natureza.

Ao lado do que se denomina como destruição desses patrimônios, pela priorização aos grandes interesses econômicos, despontam políticas públicas destinadas à sua proteção. E também, expande-se o interesse em investimentos privados na área, configurando uma nova atribuição de sentido ao patrimônio natural e cultural, além dos valores científicos, documentais, simbólicos e afetivos: o valor de mercado, muito acionado pelo turismo.

Outra reconfiguração da noção de patrimônio cultural é a que se dá a partir da concepção antropológica de cultura, em que, se é por meio da cultura que se concebe a natureza, pode-se considerar que o campo relacionado à preservação do “patrimônio cultural” abrange também o campo da “conservação da natureza”.

A ideia de patrimônio cultural (e, também, natural) vive ainda hoje um intenso processo de mudança iniciado desde os grupos de discussão que atuaram na Constituinte de 1988. Novas ideias a respeito de patrimônio se concretizaram nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, determinando a proteção de bens de natureza material e imaterial. Esse processo intensificou-se a partir de 2000, quando foi instituído o procedimento de inventários e registros do “patrimônio cultural imaterial e intangível” (ABREU e CHAGAS, 2003, p.11). Anteriormente, o interesse voltava-se para a preservação do patrimônio arquitetônico, representativo de estilos específicos, e o tombamento de bens materiais conhecidos como “de pedra e cal”, tais como: igrejas, fortes, monumentos, etc. Entra em cena, a partir de então, a valorização do patrimônio imaterial, representado por costumes populares, saberes, lendas, rituais, língua, mitos, tecnologias tradicionais, modos de fazer diversos, etc. O campo da “natureza” entra em forte conexão com o da “cultura”, na medida em que os costumes, saberes, lendas, rituais e tecnologias são produtos de interseção entre estes campos. Essa redefinição de interesses engloba, também, as ideias de “biopatrimônio” e “patrimônio genético”, que propõem uma modificação no olhar sobre a relação natureza/cultura e sobre o “patrimônio natural”, como pertencente ao campo do patrimônio intangível (ABREU e CHAGAS, 2003).

Na Ilha Grande, é possível observar esse processo, na medida em que grande parte das discussões nos fóruns é mobilizada por ela. Embora, inicialmente, com relação às unidades de conservação, os debates se referissem mais à “preservação ou conservação da natureza”, a partir da discussão sobre os direitos das populações “caiçaras”, que habitam essas áreas, a questão do patrimônio cultural passou a se articular intensamente com a de patrimônio natural.

Uma interessante noção que contribui para essa reflexão é a de “paisagens de história” (ARANTES, 2004). O termo refere-se às populações e territórios cuja paisagem natural ou o patrimônio cultural são identificados como distintivos e destinados à preservação, podendo se transformar também em recursos para o desenvolvimento de produtos de mercado. Dessa forma, localidades e grupos sociais envolvidos se inseririam em esferas que poderiam ultrapassar as locais e regionais, penetrando em instâncias econômicas e culturais globalizadas, como: o turismo, a indústria cultural e as comunicações.

A propagação e o consumo de bens culturais são aspectos fundamentais das transformações nos estilos de vida e da formação de fronteiras simbólicas no mundo (Arantes,

2004). Nesse sentido, o mercado global se alimentaria das diferenças culturais, estimulando a geração e a circulação desses recursos. O produto cultural contemporâneo, ao mesmo tempo em que é global, produz enraizamentos no local, criando “sentidos globais de lugar”, que interagem com as identidades, memórias e tradições (ARANTES, 2004, p.3).

O turismo, como forte atividade econômica do mundo capitalista contemporâneo, aponta para a especialização flexível, segmentando-se para atender a nichos de mercado e aos diversos grupos de interesse, e cria produtos calcados nas diversidades culturais, geográficas, sociais, étnicas, históricas ecológicas, etc. Com a tendência da criação de produtos turísticos segmentados, tais como: ecoturismo, turismo cultural, turismo étnico, comunitário, etc.; diferentes grupos sociais, com diferentes realidades históricas, étnicas e sociais, são inseridos numa dinâmica socioeconômica, mas também política, reafirmando e reelaborando identidades, reconstruindo memórias e “inventando tradições” (HOBSBAWM, 2002). Esse movimento deriva da busca de resposta às inúmeras expectativas externas a respeito da preservação de culturas, estimulada fortemente pelo turismo (embora não exclusivamente) e também da necessidade de lidar com as mudanças que se apresentam.

Na Vila do Aventureiro, por exemplo, a reafirmação/criação da identidade caíçara tem sido importante, por um lado, para propiciar a permanência (mesmo que provisória e condicional) da população local em área de reserva biológica (que não é legalmente permitida), com a possibilidade de manutenção de alguns usos e costumes, o que se concretizaria com a recategorização da área para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RDS e, por outro, para constituir um produto turístico diferenciado. Processos semelhantes têm acontecido de formas diferentes nas várias localidades da Ilha Grande. As leis de proteção natural e cultural que lá atuam têm determinado formas específicas de as populações lutarem em defesa de direitos de permanência no território e usos culturais. De um modo geral, os usos “tradicionais” da natureza, como: caça, pesca, agricultura e extrativismo são coibidos ou restringidos pela legislação. Mas a formulação sobre direitos relacionados às “culturas tradicionais” são argumentos fortes na disputa política que se estabelece neste campo. Por outro lado, alguns segmentos da atividade turística, ao se apropriarem de peculiaridades culturais para a constituição de atrativos, destinos e roteiros, reforçam a importância da sua preservação/ conservaçãoⁱⁱⁱ.

Nesse contexto insere-se a ideia de manutenção de uma suposta “essência cultural”, quando, os “novos usos”, representados pelos interesses sobre natureza e cultura, como, por exemplo, o turismo e as próprias políticas de preservação, são importantes estímulos às mudanças.

Alguns aspectos culturais dos grupos que habitam as áreas de “paisagens de história” teriam fronteiras simbólicas mais “porosas” do que outros e, portanto, mais permeáveis às inovações quando em contato com outros grupos sociais (Arantes, 2004). Já outras esferas e atividades são mais carregadas de sentidos de identidade, refletindo o que o grupo considera como tradição. Seriam justamente esses elementos, percebidos pelos atores externos como “referências” das identidades sociais do grupo, os mais visados pelas políticas públicas culturais. A capacidade dos “bens patrimoniais” de diferenciarem o grupo, sem torná-lo impermeável às demandas externas, constituiria sua possibilidade

e efetividade de relacionar-se com o mercado. É provável que essa “porosidade” não se dê por uma “característica inata” ou “essencial” do grupo, mas sim pelas possibilidades tramadas historicamente e por sua organização social.

A “retórica da perda” e a “alegoria da natureza”

No livro “A retórica da perda”, José Reginaldo Gonçalves trabalha a ideia de que o discurso patrimonialista que surgiu no Brasil na década de 1930 estava, e ainda está fortemente ligado à construção e reconstrução contínua da identidade nacional. Demonstra com isso que, para além de sua dimensão cognitiva, a patrimonialização tem também consequências como ação simbólica, ou seja, possui uma dimensão política.

Utilizando-se de ideias de Hayden White e James Clifford, Gonçalves (2002, p.21) argumenta que “a tese de constituição ficcional do ‘passado’ pelos historiadores e da ‘cultura’ pelos antropólogos” é utilizada para interpretar estratégias narrativas dos discursos sobre identidades e memórias nacionais em geral, e brasileiras em particular, fazendo com que a nação e sua cultura apareçam investidas de coerência e continuidade (GONÇALVES, 2002).

A construção de narrativas nacionais seria, portanto, uma tarefa interminável, a exemplo dos mitos. Na medida em que antropólogos e historiadores se encarregam de delinear descritivamente esses patrimônios, outros atores, pragmaticamente, cuidam de colecionar, restaurar e preservar o patrimônio, para que possam ser vistos no futuro e para que cumpram os papéis pedagógicos e políticos que lhes são atribuídos, como uma segunda natureza. Essas práticas estão perpassadas pela ideia de salvação desses objetos do desaparecimento. A tese subjacente a isso seria a de que a história é um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos tendem a se perder. Assim, os objetos passíveis de preservação “são concebidos nos termos de uma imaginária e originária unidade, na qual estariam presentes atributos tais como: coerência, continuidade, totalidade e autenticidade” (GONÇALVES, 2002, p. 23).

Estabelecendo um paralelo entre as questões patrimoniais descritas por Gonçalves e o que é tido como patrimônio natural, as unidades de conservação da natureza podem ser vistas como coleções patrimoniais destinadas à recuperação e à preservação. Nesse sentido, seria possível estabelecer analogia entre os reflorestamentos, projetos de recuperação ecossistêmica, de reintrodução de espécies, etc. com os processos de restauração e recuperação de bens patrimoniais.

Da mesma forma, subjacente à ideia de preservação e conservação da natureza, está a concepção de que os diversos usos sociais dessas áreas, ou seja, as apropriações desse patrimônio, feitas por diversos grupos sociais, são consideradas por outros como perdas, destruição ou degradação. A recuperação e preservação dos bens são, portanto, a outra face da moeda.

O distanciamento produzido pelo tempo ou espaço transforma os objetos e as coleções em “objetos do desejo” (GONÇALVES, 2002). Sendo assim, as áreas protegidas, além de serem almeçadas por aqueles que desejam proteger a natureza por seu valor intrínseco, passam a ser, também, desejadas como “objetos de consumo”, concreto e simbólico, e que,

por isso, merecem ser “resgatados”. Dessa forma, no discurso do turismo sustentável, está incluída a ideia de preservação do patrimônio natural.

Tais dinâmicas patrimoniais, que incluem as noções de perda e recuperação, poderiam ser entendidas como alegorias (*idem*). Na alegoria, uma situação histórica narrada exprime “um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo insaciável pelo resgate (...) além de uma permanente esperança de um futuro redimido” (p.27). Da mesma forma, esse movimento contínuo de desaparecimento e reconstrução, expresso no discurso conservacionista e nas narrativas locais de destruição e preservação da natureza, pode ser tomado como uma alegoria, que pressupõe uma unidade essencial dessa natureza, tecida por integração e integridade. “Como alegorias, as narrativas nacionais sobre patrimônios culturais expressam uma mensagem moral e política: se a nação é apresentada no processo de perda do seu patrimônio cultural, conseqüentemente sua própria existência está ameaçada” (p. 32).

Patrimônio: uma categoria não consensual

O campo constituído pelas diversas formas de patrimônio, que parece ser uma importante categoria de pensamento na vida social, pois demarca um domínio subjetivo em oposição ao “outro”, não é, entretanto, internamente constituído pelo consenso e a homogeneidade (GONÇALVES, 2003). Ao contrário, se compõe de elementos simbólicos apropriados socialmente de forma diversa e, sobretudo permeados por uma dinâmica relacionada ao poder. Conforma-se a partir de visões, valores, seleções e hierarquizações, lembranças e esquecimentos em que se disputam significados, capitais simbólicos, que determinam a existência de elementos hegemônicos e subalternos. Apresenta-se, portanto, como um “espaço de conflitos e interesses contraditórios” (ABREU, 2003, p.41).

Na Ilha Grande, as patrimonializações que são postas em ação através das leis e normas que regulam o “meio ambiente” e também o turismo, em determinados momentos se apresentam como complementares e em outros, como conflitantes.

O patrimônio se configura como um espaço de luta material e simbólica entre grupos (CABRAL, 2004). Nesse campo, em que há uma hegemonia das elites econômicas e políticas, fica claro que são esses os setores que detêm o poder para definir a importância dos bens e a necessidade de sua preservação, decretando muitas vezes a destruição daqueles que atrapalham a consecução de seus interesses e objetivos. Além disso, há também os embates entre visões técnicas e setoriais, que, muitas vezes, apesar de terem objetivos semelhantes, entram em disputa por compreensões conflitantes e interesses contraditórios.

Na implosão do prédio do Instituto Penal Cândido Mendes, por exemplo, demandada pelo governo do estado, pode ser visto um desejo de “apagar” uma parte da história, interpretada como uma nódoa a empanar o brilho da beleza deslumbrante (patrimônio paisagístico) da Ilha, que ele queria turística. Entretanto, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, que veio ocupar o lugar do presídio, criou sobre os escombros da implosão o Museu do Cárcere, sinalizando que a história negada constituía outro tipo de patrimônio a ser protegido.

No debate ambiental/cultural/histórico/turístico, também, parecem explícitas as diferentes e conflitantes concepções de patrimônio. Essa categoria tem sido frequentemente utilizada para designar pertencimento ou propriedade individual ou coletiva de elementos do mundo material ou imaterial. Falar de patrimônio, nesse sentido, é também introduzir uma referência à inscrição dos indivíduos (ou grupos) em uma história que liga o passado ao presente e ao futuro, e ao mesmo tempo especificar um enraizamento no espaço, através de territórios específicos de existência das diversas comunidades patrimoniais (BARRÈRE *et al.*, 2005).

Muito mais que simbolizar, representar ou comunicar, a ideia de patrimônio serve à ação. Com base nela criam-se leis, decretos, políticas de proteção e preservação, e são também abertos processos para a reivindicação de direitos de propriedade e de posse de terras (GONÇALVES, 2003).

Dessarte, pode-se falar em uma “tensão constitutiva” no campo do patrimônio entre o “particular e o universal e entre o privado e o público” (ABREU, 2003, p.30). A preservação do patrimônio universal, global ou da humanidade, como, por exemplo, as unidades de conservação da natureza, entra em choque com outras lógicas patrimoniais, como as das comunidades nativas, que usam costumeiramente os espaços das unidades e os consideram como herança dos antepassados, que precisa ser preservada para a continuidade da cultura do grupo. Para alguns, inclusive, o patrimônio não é algo apenas que lhe pertence, mas também algo ao qual o próprio indivíduo pertence. Um pescador (e artesão), entrevistado durante a pesquisa, relatou que desejava que a Ilha “ficasse como antigamente, sem tanta gente, podendo-se pescar, plantar ou cortar uma madeira para fazer remos de barcos”. O mar, a pesca, a floresta, a roça, o artesanato em madeira, para ele, são vistos como um patrimônio, ou seja, como algo que tem uma dupla inscrição de pertencimento, a qual ele deseja preservar.

Essa tensão entre lógicas patrimoniais pode ser vista, também, nos discursos de “proprietários” de terras que passam a integrar as unidades de conservação. Nesse caso, a perda sentida, de outro modo, é com relação à possibilidade de transformar a terra em valor econômico.

A propriedade privada, tida como um “valor inquestionável” no ideário capitalista implica a soberania do patrimônio privado. Na lógica liberal e neoliberal, ele sobrepujaria o interesse público. Neste sentido a lógica de preservação do patrimônio coletivo choca-se com aquela que governa interesses em patrimônios econômicos. Em uma reunião de conselho, o representante de uma associação que defende interesses de “proprietários” que questionam áreas abrangidas pelas unidades de conservação, argumentou que o Estado estava cometendo “uma ilegalidade, uma imoralidade e um crime” ao ter estendido os limites das unidades às áreas consideradas por eles como privadas.

Já sob o ponto de vista da “proteção da natureza”, as áreas que abrigam ecossistemas importantes, ou seja, com endemismos ou ameaça de extinção de espécies, seriam prioritariamente de interesse público e, portanto, passíveis de se transformarem em unidades de conservação. Embora o patrimônio privado tenha que ser desapropriado e indenizado para que surja o patrimônio público, na prática, a desapropriação de fato torna-se imediata, para a fiscalização e impedimento de usos, enquanto a indenização depende de lógicas e possibilidades internas do Estado.

No âmbito da Constituição brasileira promulgada em 1988, no artigo 225, que trata especificamente do meio ambiente, este passou a ser considerado como patrimônio público, de uso coletivo e que, portanto, deve ser assegurado e protegido por todos. A criação de unidades de conservação da natureza é tida, assim, como criação de territórios públicos e dessa forma se constitui em uma prerrogativa do Estado.

A questão, entretanto, torna-se mais complexa quando se trata de populações que não são proprietárias de suas terras, mas detém o seu uso e mantém relações de pertencimento identitário com elas. Dessa forma, podemos observar que a política de criação/expansão de unidades de conservação, principalmente do grupo Proteção Integral (SNUC, 2000), se por um lado têm preservado o interesse público sobre o privado destinando territórios à coletividade, por outro, devido à forma ainda não suficientemente democrática dos processos, acaba por prejudicar uma parcela da população, para a qual está em jogo uma patrimonialização que implica o fazer a própria vida, e não o acúmulo patrimonial.

Nesse sentido, colocam-se em foco questões de poder. O poder de decretar o que deve ser preservado e de decidir como isso deve ser feito. Os mecanismos de preservação selecionam os bens de acordo com sua importância perante valores hegemônicos, e valem-se da ideia de que é possível “congelá-los”, bloquear sua dinâmica. No campo das políticas de conservação da natureza e, sobretudo, em visões que circulam no âmbito da administração de unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro, a lógica preservacionista, no sentido de impedimento aos usos, ainda é hegemônica. Neste contexto, privilegiam-se as unidades de Proteção Integral (SNUC, 2000), em que os bens patrimoniais são a fauna, a flora e os ecossistemas. Embora existam no estado diversas Áreas de Proteção Ambiental – APAs –, uma Reserva Extrativista Marinha – RESEX – e um projeto de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS – que são unidades do grupo Uso Sustentável (SNUC, 2000), essas categorias não são muito valorizadas nesse contexto e a luta patrimonialista de saberes das populações locais tem muita dificuldade de aceitação perante o Estado.

O poder para definir o que se protege na Ilha é, a princípio, monopolizado pelo Estado, através dos órgãos ambientais. Os mercados do turismo e imobiliário (que são relacionados) disputam essa hegemonia, negociando áreas ou mesmo desrespeitando a legislação. Entretanto, é importante perceber, que os poderes hegemônicos não atuam sozinhos. As contra hegemonias, que se tecem nos meios subalternos, podem se associar àquelas que se tramam no próprio Estado e até mesmo no mercado, tornando complexas as pertencas territoriais e as patrimonializações.

O turismo e a disputa patrimonial nos fóruns participativos

Dos assuntos tratados nos fóruns da Ilha, o turismo é um dos mais importantes. Sobressai a ideia de que ele precisa ser diferente do que é. E uma das funções que esses espaços participativos se atribuem é a de ser um meio de mudança. Nesse sentido, teriam a responsabilidade de, em cogestão com as unidades de conservação, regular a atividade turística local.

Esses fóruns da Ilha constituem espaços diferenciados, mas que tem em comum o fato de articularem as ideias de participação popular e de gestão compartilhada. Englobam os conselhos de unidades de conservação e, também, grupos de trabalho, reuniões de consulta pública, etc.

O turismo que prevalece na Ilha é reconhecido como sendo, na maior parte, “turismo de massa”, que concentra um número excessivo de pessoas nos mesmos locais em épocas determinadas – no caso da Ilha, o verão –, com apelo nos atrativos naturais. Está conectado com a produção simbólica de uma “natureza preservada”, e, ao mesmo tempo, com a ideia, de risco e perigo. Estes se referem tanto ao processo de degradação ambiental, decorrente de um aumento do fluxo turístico tido como incontrollável, como também ao perigo latente, gerado pela combinação de características geológicas, próprias da região, com o primeiro, fazendo surgir territórios de risco.

A demanda turística da região esteve sempre associada à beleza das paisagens formadas pelo contraste da Mata Atlântica com o mar. A própria criação da primeira unidade de conservação da região, ou seja, do Parque Estadual da Ilha Grande, em 1971, esteve vinculada ao turismo, na medida em que o primeiro órgão gestor da unidade foi a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (na época, FLUMITUR). Hoje, tendo diminuído a importância econômica da pesca, principal ocupação dos moradores no passado, como já descrito, o turismo transformou-se na principal atividade econômica local, mobilizando um grande número de pessoas em sua produção e consumo, como pode ser observado pelo elevado número de empreendimentos turísticos (quatrocentos e sessenta, segundo a TURISANGRA), concentrados nas pequenas vilas da Ilha e principalmente na Vila do Abraão. Além deste fator, as entrevistas com pessoas das comunidades e o acompanhamento das reuniões dos fóruns demonstrou a importância que a atividade turística ocupa hoje na Ilha Grande, este foi o principal assunto referido em todas as entrevistas.

As diversas unidades de conservação que foram criadas, desde então, certamente têm sido um fator de limitação do turismo e da especulação imobiliária. Embora muitas das inúmeras leis ambientais que regulam a área sejam constantemente desrespeitadas, é extensa e visível a recuperação das florestas, que, em épocas anteriores, foram quase totalmente extintas pela extração de madeira e agricultura.

Além disso, apesar de haver uma intensa atividade construtiva em toda a Ilha, os interesses econômicos mais pesados, como a implantação de empreendimentos de grande porte, têm sido coibidos. Várias localidades foram disputadas para a construção de gigantes complexos turísticos. Esses empreendimentos, no entanto, têm sido impedidos pela disputa política, por meio de movimentos, em que setores ambientais do estado, apoiados por ONGs, associações, universidades, populações locais, etc. têm conseguido restringi-los.

Em paralelo a esse processo, entretanto, aumenta-se, de forma vertiginosa e constante, o número de meios de hospedagem de pequeno porte, que começaram a se multiplicar nos anos 1990, principalmente a partir da extinção do presídio em 1994.

Apesar de esse modelo parecer mais democrático, na medida em que oferece oportunidades a um número maior de pessoas e com menor poder aquisitivo, pela forma desorganizada como ocorre, tem causado grandes mudanças, não só na paisagem, como também nas condições ambientais e na vida da população local.

Embora tenha presenciado o crescimento turístico sem precedentes, o poder público não correspondeu com a dotação da infraestrutura necessária, além do planejamento e do ordenamento, capazes de fazer frente às novas demandas criadas. Dessa forma, um grande número de problemas foi se avolumando, apesar de todos os planos que já foram elaborados e continuam a ser para o local. A maioria dos problemas ambientais e sociais criados por essa situação relacionam-se ao aumento de esgoto e lixo. Segundo SILVA, 2011, p.77, “a produção de resíduos sólidos na Vila do Abraão varia de 15 a 18 t/dia, na alta temporada, e de 5 a 6 t/dia na baixa temporada, sendo esse quantitativo feito por estimativa de tonelagem de barco”, aos desmatamentos, às construções em áreas proibidas e à grande quantidade de pessoas concentradas em pequenas localidades em determinados períodos do ano.

Nas entrevistas da pesquisa^{iv}, respostas como: “o turismo é bom porque traz emprego” ou “com o turismo temos mais oportunidade de ganhar dinheiro” são recorrentes e revestem-se de tal importância que afirma-se não existir alternativa de trabalho e renda local além do turismo.

Essa imagem supera a de que o turismo traz “poluição, barulho, drogas, gente estranha, destruição da natureza, violência, roubos, assaltos, lixo”, também comum nos debates sobre o crescimento da atividade na Ilha. Nos fóruns essas ideias são constantemente referidas em reuniões^v. Por outro lado, ouviu-se também falar do turismo como uma possibilidade de salvação da cultura local e até da natureza. A ideia de salvação do que é considerado como “patrimônio natural e cultural” da Ilha convive, portanto, com a de destruição deste.

Na praia de Parnaioca (face oceânica), por exemplo, a maior parte da população havia emigrado, devido aos perigos relacionados com sua proximidade do presídio e às constantes fugas e ataques de presos. Após a extinção do presídio, alguns antigos moradores retornaram, atraídos pelas possibilidades de trabalho com a atividade turística. Nesse caso, o turismo surge como aquele que “faz reviver as localidades que estavam praticamente mortas” (segundo entrevista com morador da Ilha, membro do conselho do Parque Estadual da Ilha Grande).

Os próprios órgãos ambientais, tão críticos em relação ao turismo, também compartilham visões sobre sua capacidade “salvadora”, quando apontam no ecoturismo uma possibilidade de ordenamento da visitação, de melhoria na relação com as comunidades locais, na arrecadação de recursos. Entretanto, argumenta-se que “não dá pra viver só de turismo, tem que buscar alternativas”. O grande medo, nesse caso, seria a sazonalidade. Alguns participantes dos fóruns acham que “têm que se criar atrativos para o ano todo”, eventos, principalmente. Outros falam em diversificar a economia local, através da maricultura e do artesanato, mas descobrem que também essas atividades têm certa dependência do turismo.

Para a maior parte dos entrevistados, desde que começou o turismo na Ilha, ainda na década de 1970, “não parou mais”, e “saiu do controle”. O que mais se ouve em entrevistas e reuniões é a reclamação de que a prefeitura “não controla as construções, cada vez mais altas no morro”. O medo expresso é de que a Ilha fique como Angra, cercada

de morros ocupados por todos os lados (PRADO, 2003). Discute-se a necessidade de estabelecer um controle, estudando a capacidade de carga, que quase ninguém sabe bem o que é, mas que muitos têm quase certeza de ser a solução dos problemas. O maior dos desafios é, porém, limitar a chegada de pessoas. Não só de turistas, mas, principalmente, dos que estão em busca de trabalho ou investimento.

As modalidades de turismo que são praticadas mais frequentemente na Ilha têm como principal interesse a natureza. Grande parte dos integrantes dos fóruns observa essa questão desejando investir em umas tipologias e “desinvestir” em outras. Podemos classificá-las nas seguintes categorias:

Tipologias relacionadas com o turismo de natureza na Ilha Grande

Turistas ambientalistas	Aqueles que visitam as unidades de conservação e que se preocupam com a proteção da natureza. Esse tipo possui uma subdivisão, pois parte dos turistas se interessam também pelo “patrimônio cultural” representado pela “cultura caiçara”, suas lendas, materialidades e saberes, ou construções antigas, ruínas, etc. A outra vertente, que é hegemônica, volta-se principalmente para os atrativos naturais (paisagem, vegetação, fauna, aspectos geológicos, geográficos, etc.).
Turistas esportistas	Apreciam caminhadas longas e subidas íngremes, entre outras atividades que impliquem vencer desafios; como a trilha do Pico do Papagaio, a volta na Ilha a pé, <i>surf</i> em Lopes Mendes, na Parnaioaca e no Aventureiro, etc.
Turistas interessados em lazer na natureza	Os atrativos principais são as praias e os passeios de barco. Há um interesse marcante no aspecto ser um “lugar da moda”.

Atualmente o último tipo é predominante; embora o Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (TANGARÁ, 1998) o associe ao “turismo de massa” e perceba nele uma inadequação ao local, devido, sobretudo, ao alto índice pluviométrico da região. Embora se reconheça a impossibilidade de desativá-lo, já que surge de forma relativamente espontânea e sobre ele que se baseia a maior parte desse sistema turístico, é visto como demanda um controle urgente.

Os dois primeiros tipos se enquadram no segmento de ecoturismo, expressamente desejado pela maioria dos participantes dos fóruns, apesar das divergências sobre o que significa a atividade. Em linhas gerais, para os ambientalistas o fundamental é que seja menor o número de visitantes, e efetivo o controle de suas ações. Para os empresários, ecoturismo significa um turista “selecionado” e seletivo, disposto a pagar mais. Porém, na visão do senso comum que circula nesses espaços, seria este o tipo mais sensível à educação ambiental, item considerado fundamental por seus membros. Muitos frequentam parques nacionais no Brasil e no exterior, fazendo caminhadas de grande extensão, travessias, escaladas, etc.

Há ainda outras duas categorias que se relacionam com os atrativos naturais, mas com outras motivações:

Tipologias de turistas da Ilha Grande, indiretamente relacionadas com os atrativos naturais

<i>Turistas de “baixa renda” (como são denominados principalmente pelos “pousadeiros” e empresários do turismo)</i>	Buscam a Ilha, atraídos pelos meios de hospedagem mais baratos, como “suítes de fundo de quintal” e <i>campings</i> , e excursionistas.
<i>Turistas de eventos</i>	Frequentadores de eventos como as festas juninas, o “Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande”, o “Festival do Forró”, etc.
<i>Turistas de transatlânticos</i>	Passageiros dos transatlânticos que desembarcam na Vila do Abraão e passam algumas horas, geralmente buscando passeios de barco para outras praias da Ilha.

Estes três tipos de visitantes dividem muito as opiniões nas reuniões dos fóruns. Com relação aos turistas “de baixa renda”, alguns participantes pensam que estes deveriam ser completamente desestimulados, pois trariam somente impactos negativos, deixando “sujeira e bagunça, sem trazerem dinheiro”.

Uma das formas mais referidas de se desestimular este fluxo seria limitar os horários das lanchas da empresa Barcas S.A., que transportam grande quantidade de passageiros, principalmente em feriados, quando são colocadas barcas extras. Existem diversos outros tipos de embarcação como saveiros, pequenas lanchas e escunas e traineiras que atuam na Baía da Ilha Grande, mas a barca é a única linha regular de transporte, que tem concessão do Governo do Estado para fazer a travessia, capaz de desembarcar cerca de 1000 passageiros de uma só vez na Vila, tornando-se o primeiro foco das ações de controle.

Outra maneira seria reprimir os meios de hospedagem mais baratos, muitos deles ilegais. Entretanto, alguns membros dos fóruns entendem que um turismo mais barato

é importante por atender camadas mais desfavorecidas da população, porém deveria ser mais organizado e legalizado. A população “nativa” mais pobre, pouco representada nos fóruns, tende a defender os meios de hospedagem informais, no sistema de cama e café, que são tão criticados pelos “pousadeiros”, pois é seu modo principal de relacionamento com a atividade turística.

Os eventos também têm sido muito discutidos nos conselhos, e a opinião da maioria dos participantes é a de que seriam importantes para diminuir a sazonalidade do turismo, porém demandam muita organização e acompanhamento. As festas organizadas tradicionalmente nas diversas localidades, geralmente em homenagem aos santos padroeiros, são muito bem vistas nos fóruns, pois “resgatam a cultura da Ilha”.

Sobre os passageiros dos transatlânticos fundeados na Baía da Ilha Grande, que desembarcam no cais da Vila do Abraão, as opiniões dos participantes dos fóruns se dividem, pois há quem seja a favor, desde que “com organização, coisa que atualmente não tem”, e quem seja totalmente contra, porque “causam um impacto grande no Abraão, sem beneficiar o lugar”. Uma ideia sobre a qual praticamente todos concordam é que essa operação dos navios precisa ser estudada, pois faltam dados sobre seus efeitos, tanto positivos, quanto negativos. No entanto, há aqueles que a condenam sumariamente, argumentando que deveria ser extinta, a partir de uma percepção de que só traz problemas. Na verdade, é um tema polêmico e, por isso mesmo, evitado pelos participantes.

Como é possível observar, as relações que cada segmento social da Ilha Grande estabelece com o turismo e com o ambientalismo representam o foco central das temáticas nos fóruns participativos. A participação no turismo, assim como nos fóruns, se dá de forma diversificada e, da mesma forma, está relacionada aos arranjos sociais que são construídos a cada momento.

Conclusões

Um dos principais resultados da pesquisa foi localizar na divergência de compreensões a respeito do que se configura como patrimônio e do que é importante proteger, a origem de diversas dificuldades no entendimento mútuo dos diversos atores/agentes inseridos na cena estudada.

Os imaginários de cada grupo e as representações a respeito da Ilha Grande se realizam nos discursos e nas práticas das situações cotidianas e são refletidas nas negociações dos fóruns. Entretanto, mesmo dentro de cada grupo, não há homogeneidade. As experiências de participação popular nos fóruns caracterizam-se, principalmente, pela diversidade de seus significados sociais. Os diferentes atores e grupos sociais envolvidos nesse campo a compreendem de forma diversa e lhe atribuem sentidos diferentes.

O Estado detém a hegemonia nas decisões, até mesmo devido ao caráter consultivo dos conselhos, expressando, em seu projeto de conservação, uma visão prioritariamente bio-cêntrica, corroborada por atores da sociedade civil que comungam dos mesmos paradigmas; e a partir de concepções de patrimônio pertencentes a uma lógica excludente daquela das populações subalternizadas, muitas vezes naturalizando-a como se fosse comum a todos os atores envolvidos.

Os planos e zoneamentos propostos e aplicados impõem uma visão/apreensão espacial a partir de objetivos de racionalização de usos, que entra em choque com lógicas nativas. Por mais que se tenha no discurso de participação a intenção de estimular a frequência desses atores às reuniões, essa participação é mais pensada no sentido de absorção da lógica hegemônica do que propriamente de intercâmbio de saberes. Ou seja, ela é vista como uma maneira de “educar”, de “conscientizar” a população sobre uma “verdade”, que é a da posição hegemônica. Nesse sentido, está implícita a ideia de que, ao serem “bem informados”, todos concordarão com essa posição, gerando, consenso. Tal lógica pressupõe um vazio intelectual por parte dos outros atores.

No entanto, apesar de todas essas dificuldades que se reproduzem historicamente, demarcando disputas e diferenças de visões, inclusive no interior dos próprios órgãos governamentais, verifica-se um aspecto que pode ser percebido como pedagógico na atuação nos fóruns, em que lógicas diversas se intercambiam, produzindo aprendizados e reflexões sobre os processos de patrimonialização.

Outro aspecto importante é a formação de redes, capazes de promover maior circulação de informação e a aglutinação em torno de questões que agregam diferentes grupos, mudando, mesmo que momentaneamente, correlações de forças e possibilitando novas configurações de poder.

Notas

i Doutorado em Ciências Sociais. Professora Adjunta II do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, Área de Turismo e Cultura. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa CNPQ: Laboratório de Turismo e Antropologia-LATA, Núcleo de Estudos Socioculturais do Turismo-ESCU, Turismo e Cultura-T-Cult. E-mail: lelecatiao@gmail.com

ii Refiro-me a posicionamentos de pesquisadores, observados durante entrevistas e reuniões na Ilha Grande, em particular no processo de recategorização de parte da REBIO Praia do Sul para RDS (ainda em curso). Esta visão é constatada também no texto de Fábio Olmos et al. “Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica”, de 2001.

iii No vocabulário ambientalista as palavras preservação e conservação têm sentidos diferentes, estando a primeira mais voltada para a não utilização dos recursos, enquanto a segunda supõe um uso controlado.

iv Foram entrevistados membros dos fóruns citados e de associações de moradores e ONGs locais, bem como moradores de diversas localidades da Ilha Grande, principalmente da Vila do Abraão e da Vila do Aventureiro e ainda, funcionários do extinto Instituto Estadual de Florestas-IEF e da extinta Fundação de Engenharia Estadual do Meio Ambiente-FEEMA e do Instituto Estadual do Ambiente-INEA, bem como alguns turistas. Além de serem realizadas 25 entrevistas formais e gravadas, recorreu-se a um número não definido de entrevistas informais (anotadas posteriormente) por meio de conversas durante percursos de barco, em bares, restaurantes e pousadas, lojas e diversas outras oportunidades. A identidade dos entrevistados foi preservada.

v As falas oriundas de reuniões foram coletadas diretamente, por meio da observação/anotação, participação e gravação destas. Foram gravadas cerca de 60 reuniões ao longo de três anos e meio, dos diversos fóruns estudados.

Referências

- ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2003.
- ABREU, R. & CHAGAS, M. Introdução. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- ARANTES, A. **O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda**. Revista Resgate, Unicamp, São Paulo, 2004.
- BARRÈRE, C. *et al.* **Réinventer le patrimoine**. Paris: L'Harmattan, 2005.
- BASTOS, M. *et al.* Estrutura econômica e organização sociocultural e política. In: BASTOS, M. e CALLADO, C (editores), **O Ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Estudos e Desenvolvimento Sustentável- CEADS; 2009
- CABRAL, M. Memória, patrimônio e educação. Revista Resgate, Unicamp, São Paulo, 2004.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, H.C.H. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande**, Tese de Doutorado, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- GONÇALVES, J.R. Apresentação. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- GONÇALVES, J.R. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- OLMOS, F. *et al.* Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica. In ALBUQUERQUE, Jorge L. B. *et al.* (eds). **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias**. Tubarão: Unisul, 2001.
- PRADO, R. M. **Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande**. Caderno Virtual do Turismo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, 2003.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. São Paulo: FFLCH, 2008.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Nº 9 985, 2000 e Decreto Nº 4 340, 2002, MMA, Brasília.
- SILVA, C.A. “Coleta seletiva e compostagem na Vila do Abraão (Ilha Grande, RJ): aspectos e recomendações”, dissertação de mestrado, UERJ, 2011.
- TANGARÁ. **Serviços em Meio Ambiente e Turismo, Ilha Grande – Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande**. 1998.
- Site consultado: www.angra.rj.gov.br/turisangra/portal.asp (31 de maio de 2013)

Submetido em: 12/11/2012

Aceito em: 09/06/13

TURISMO, NATUREZA E CULTURA: DISPUTAS POR “PATRIMÔNIOS” NOS DEBATES “PARTICIPATIVOS” NA ILHA GRANDE-RJ

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

Resumo: Os “fóruns participativos” da Ilha Grande, reativados/reestruturados desde 2007, acionaram debates e disputas acerca das concepções sobre conservação da natureza/cultura. O turismo, principal atividade econômica local e importante fenômeno sociocultural na Ilha, tem provocado inúmeras transformações na região, constituindo um dos principais temas debatidos. Em seu âmbito, muito tem se utilizado do discurso sobre patrimônio, no que concerne à criação de atrativos, produtos e roteiros, e também nos projetos de planejamento. Este trabalho reflete sobre as relações entre o turismo na Ilha e as ideias de patrimônio discutidas nesses fóruns. Baseia-se em trabalho de campo com abordagem etnográfica, desenvolvida entre 2007 e 2010, envolvendo participação e observação direta em reuniões dos fóruns e entrevistas com atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Turismo; Conservação da natureza; Patrimônio; Participação local.

Abstract: The “participatory forums” of Ilha Grande, having been reactivated and restructured since 2007, have stimulated debates and disputes in which the very concepts about the preservation of nature/culture are at stake. Tourism, the main local economic activity and an important sociocultural phenomenon on the island, has brought about innumerable changes in the region, constituting itself as one of the most debated themes. In its scope, the discussions on heritage have been effective regarding to creation of attractions, products, roadmaps, as well as planning projects. This work aims at reflecting upon the relationship between tourism on Ilha Grande and the ideas of heritage discussed in these forums. It is based on an ethnographic work which was researched and developed between 2007 and 2010, involving the participation and direct observation of the meetings held during the forums as well as interviews with social parties involved.

Key-words: Tourism, conservation of nature, heritage, local participation.

Resumen: Los “foros participativos” de Ilha Grande, reactivados y reestructurados desde 2007, han conducido debates y controversias que hablan sobre las concepciones de la

conservación de la naturaleza/cultura. El turismo, principal actividad económica e importante fenómeno socio-cultural de la isla, ha provocado muchos cambios en la región, lo que constituye uno de los principales temas tratados en los debates de los foros. En su ámbito, mucho se ha utilizado sobre el discurso acerca del patrimonio, en su relación con la creación de atractivos, productos y visitas turísticas y también en la planificación de proyectos. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre las relaciones entre el turismo en la isla y las ideas de patrimonio que son discutidas en estos foros. Se basa en el trabajo etnográfico hecho a partir de una investigación de campo llevada a cabo entre 2007 y 2010, con la participación y la observación directa en las reuniones de los foros y también usando entrevistas con los actores sociales involucrados en el proceso.

Palabra clave: Turismo; Conservación de la naturaleza; Patrimonio; Participación local.
